

O ESTUDO DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS EM SALA DE AULA: CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA

Fabício Paula de Souza*
Rita de Cássia Grecco dos Santos**

RESUMO

Este texto refere-se à pesquisa e à problematização acerca da prática de ensino em Geografia, desenvolvida em uma escola pública de Ensino Médio da rede estadual de ensino, durante o Estágio Curricular do curso de Geografia Licenciatura, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande/RS, durante o segundo semestre de 2019. Para tanto, embasamos a discussão teórica na concepção atinente à inclusão do conceito de Território para a investigação dos movimentos migratórios em sala de aula, utilizando-se, fundamentalmente, as contribuições de Rogério Haesbaert (2014). Tal autor busca superar a acepção tradicional de território geográfico-espacial, comumente anunciada nos trabalhos acadêmicos de Geografia, apresentando o Território como agenciamento que transcreve a apropriação do espaço a partir de relações concretas e funcionais, retomando, também, a importância da História dos territórios para o entendimento da mobilidade humana entre eles. Constatamos que a prática de ensino desenvolvida permitiu expandir o entendimento dos alunos sobre o próprio conceito de território e dos movimentos migratórios em voga, permitindo discutir sobre as categorias população e território como subsistência, bem como as identidades e culturas e o território/territorialidade como apropriação dos grupos sociais, e seus consequentes impactos no âmbito da globalização.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Prática de Ensino; Movimentos Migratórios; Território; História.

THE STUDY OF MIGRATORY MOVEMENTS IN THE CLASSROOM: CONTRIBUTION OF HISTORY TO THE TEACHING OF GEOGRAPHY

ABSTRACT

This text refers to research and problematization about the teaching practice in Geography, developed in a public high school in the state education network, during the Curricular Internship of the Geography Degree course, at the Federal University of Rio Grande – FURG, Rio Grande / RS, during the second semester of 2019. Therefore, we base the theoretical discussion on the conception regarding the inclusion of the concept of Territory for the investigation of migratory movements in the classroom, using, fundamentally, the contributions of Rogério Haesbaert (2014). Since this author seeks to overcome the traditional meaning of geographic-spatial territory, commonly announced in the academic works of Geography, presenting the Territory as an agency that transcribes the appropriation of space from concrete and functional relations, also taking up

* Graduando em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, RS, Brasil. E-mail: fabriciosouza@furg.br

** Doutora em Educação. Professora Associada do Instituto de Educação – IE e do Programa de Pós-Graduação em História – PPGH/ICHI da FURG, Rio Grande, RS, Brasil. E-mail: ritagrecco@yahoo.com.br

the importance of the History of territories for understanding human mobility between them. We found that the teaching practice developed made it possible to expand students' understanding of the very concept of territory and current migratory movements, allowing to discuss the categories of population and territory as subsistence, as well as identities and cultures and territory / territoriality as appropriation. social groups, and their consequent impacts in the context of globalization.

Keywords: Geography teaching; Teaching Practice; Migration Movements; Territory; History.

EL ESTUDIO DE MOVIMIENTOS MIGRATORIOS EN EL AULA: CONTRIBUCIÓN DE LA HISTORIA A LA ENSEÑANZA DE GEOGRAFÍA

RESUMEN

Este texto se refiere a la investigación y la problematización sobre la práctica docente en Geografía, desarrollada en una escuela secundaria pública en el sistema escolar estatal, durante la pasantía curricular del curso de Geografía, de la Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande/RS, durante el segundo semestre de 2019. Por lo tanto, basamos la discusión teórica en la concepción sobre la inclusión del concepto de Territorio para la investigación de movimientos migratorios en el aula, utilizando principalmente las contribuciones de Rogério Haesbaert (2014) Dado que este autor busca superar el significado tradicional del territorio geográfico-espacial, comúnmente anunciado en los trabajos académicos de Geografía, presentando el Territorio como una agencia que transcribe la apropiación del espacio de las relaciones concretas y funcionales, asumiendo también la importancia de la Historia de territorios para comprender la movilidad humana entre ellos. Descubrimos que la práctica docente desarrollada permitió ampliar la comprensión de los estudiantes sobre el concepto mismo del territorio y los movimientos migratorios actuales, permitiendo discutir las categorías de población y territorio como subsistencia, así como las identidades y culturas y el territorio/territorialidad como apropiación. grupos sociales y sus consecuentes impactos en el contexto de la globalización.

Palabras clave: Enseñanza de geografía; Práctica docente; Movimientos migratorios; Territorio; Historia.

INTRODUÇÃO

Este texto constitui-se a partir da experiência na Disciplina de Estágio em Geografia IV, realizada no Instituto Estadual de Educação São José, na cidade de São José do Norte/RS, nos meses de Setembro, Outubro e Novembro de 2019. Tal disciplina que compõe o desenho curricular do Curso de Geografia Licenciatura do Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG é lotada no Instituto de Educação desta Universidade, mais precisamente na área de Didática e Metodologias do Ensino, e teve por regente a Prof^a Dra. Rita de Cássia Grecco dos Santos; a disciplina contou, também, com a supervisão conceitual da Prof^a MSc. Rossana Madruga Telles, do ICHI.

O período de estágio foi realizado numa Turma de 3º Ano do Ensino Médio (3º B), quando foi trabalhado o conceito geográfico de Território como instrumento didático

para o Ensino de Geografia, totalizando doze horas/aula, sendo que o conteúdo curricular programado foi dividido em dinâmicas populacionais e movimentos migratórios no Brasil e no mundo.

A problematização que se propõe se dá acerca da importância que a retomada de fatos históricos para auxiliar a leitura da realidade presente sob a ótica da Geografia.

Para Kaercher (2007), a Geografia Escolar é uma disciplina que, por sua gama de assuntos e amplitude de temas, fala por si, possuindo tanta informação e densidade conceitual que as aulas não necessitam muitos esforços para se tornarem interessantes. Entretanto, parafraseando este autor, existem, sim, continentes, povos, culturas, países, mas por que estudá-los? Por que isto é Geografia? Ontologicamente e pedagogicamente, torna este um dilema que impacta no pensar e no fazer o ensino de Geografia.

Desde a aceção de que “O homem enche de cultura os espaços geográficos e históricos. Cultura é tudo o que é criado pelo homem – tanto uma poesia como uma frase de saudação. A cultura consiste em recriar e não repetir. O homem pode fazê-lo porque tem uma consciência capaz de captar o mundo e transformá-lo. [...] A educação não é um processo de adaptação do indivíduo à sociedade. O homem deve transformar a realidade para ser mais (FREIRE, 1982, p.30-31), pensamos em buscar uma prática reflexiva aproximando História e Geografia para desvelar as relações culturais, sociais, políticas e econômicas envolvidas nos processos migratórios atuais, remontando, ainda que de forma breve, desde a gênese da espécie humana mais aceita pela comunidade científica.

METODOLOGIA

Ao se valer de uma experiência de estágio, o marco inicial da pesquisa se deu a investigar sobre o assunto a ser trabalhado em aula, exigindo estudo e recorte conceitual. Ao trabalhar dinâmicas populacionais e os movimentos migratórios em sala de aula, salientamos, novamente, a contribuição de Kaercher, colocando o Professor de Geografia como agente “organizador de conceitos, suporte de informações que terão sentido se o professor atuar como lógico, relacionar as informações, problematizar o que se fala em aula”(2007, p.9), entendendo que o conceito se apresenta desde uma posição empirista e/ou realista como “[...] um retrato fiel da realidade [...]” ou mesmo como racionalista/idealista, sendo este um processo de investigação do pensamento, não existindo na realidade concreta (HAESBAERT, 2014).

É importante ressaltar que, para tanto, levamos em consideração Cavalcanti (2005), que salienta a importância para a construção do conhecimento conceitual da geografia a partir de conceitos do cotidiano, para instrumentalizar nossa prática enquanto professores e facilitar a apreensão do aluno dos conceitos que se busca ensinar. Bem como a importância do adensamento epistemológico da/prática de sala de aula (KAERCER, 2007; REIS JUNIOR, SILVA, FIGUEIREDO, 2018).

Após realizarmos os recortes conceituais e de conteúdo, realizamos as práticas de ensino que se desenvolveram em etapas: as dinâmicas populacionais; a questão territorial; o que são movimentos migratórios; movimentos migratórios no Brasil; movimentos migratórios no mundo.

O levantamento de dados para esta escrita se deu na forma de fichamentos dos textos-base para as práticas de ensino e dos registros das discussões em aula, que são aqui apresentados, como revisão bibliográfica de acordo com Gil (2008), permitindo a problematização de tais práticas à luz do conhecimento científico de onde deve partir toda a prática de ensino.

CONCEITOS CENTRAIS PARA OPERACIONALIZAR A DISCUSSÃO EM AULA

O conceito usado como ferramenta didática foi o de Território, que pode ser visto, assim como em Haerbaert (2004), e em Santos e Silveira (2004), como questão central da história humana, podendo ser definido não apenas pela disposição dos aparatos infraestruturais, mas também pela economia e dinâmica social, a fim de dar sentido às modificações sociedade-espço no concernente às formas de apropriação e de dominação que grupos assumem e suas relações de poder. Para Arendt, “[...] o poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo se conserva unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome” (2001 p.36).

Usamos como base para o planejamento e organização dos conteúdos sobre movimentos migratórios as contribuições de Rogério Haesbaert, focadamente no livro “O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade”. Para ele, “o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica

mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica” (HAESBARTS, 2004. p.95-96).

Buscamos, também, a importância da memória no movimento da História, em que, “desde já, algumas questões fundamentais merecem ser colocadas para uma maior compreensão acerca da Memória Social e de suas formas de interação com a História. Entre elas e de modo a superar a inadmissível avaliação da memória como mero depósito de dados e de informações relativas à coletividade ou à vida individual, devemos pensar na Memória como instância criativa, como uma forma de produção simbólica, como dimensão fundamental que institui identidades e, com isso, assegura a permanência de grupos. A Memória, portanto, já não pode mais, nos dias de hoje, ser associada, metaforicamente, a um “espaço inerte” no qual se depositam lembranças, devendo ser antes compreendida como “território”, como espaço vivo, político e simbólico no qual se lida de maneira dinâmica e criativa com as lembranças e com os esquecimentos que reinstituem o Ser Social a cada instante (BARROS, 2009, p.37).

Retomando Haesbaert (2007), ao assumir quatro macrodimensões territoriais: a política, a cultural, a econômica e a natural, sobretudo, com forte influência de Henry Lefebvre, e sua conceituação de Espaço concebido, percebido, vivido, onde, nesse sentido, [...] enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território “unifuncional” proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente, através da figura do Estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão que, ao contrário de outras formas de ordenação territorial (como a do espaço feudal típico), não admite multiplicidade/sobreposição de jurisdições e/ou de territorialidades (HAESBAERT, 2007, p.21).

Entendendo que estas macrodimensões instrumentalizam a discussão das dinâmicas populacionais, sobretudo, se analisarmos a população através da política, da cultura, da economia e da natureza, ou, tal como proposto por Haesbaert [*ibid.*], em agenciamentos que superam uma apropriação do espaço a partir de relações concreto/funcionais, como nos Territórios-nação, para uma apropriação cultural-simbólica, em que se observa a presença de múltiplas territorialidades como defendido por ele ao estudar a diáspora dos gaúchos no interior do nordeste brasileiro (HAESBAERT, 1997), bem como processos de desterritorialização e reterritorialização, ou “o fim dos territórios” (*ibid.*), que são lidos através da memória social de cada grupo, com sua historicidade e constituição identitária. Saquet afirma que “as identidades são produzidas historicamente por relações identitárias,

coletivas, grupais. [...] Há uma construção do território que produz identidade” e, no nosso entendimento, uma construção de identidade que produz o território; este processo é produto de ações coletivas, recíprocas, de atores sociais (SAQUET, 2005, p.13872).

Com isso, obedecendo à importância da História e da Memória, do Território e das Identidades, iniciamos uma investigação conjunta dos movimentos migratórios do Brasil e do Mundo, de sua gênese aos dias atuais.

A HISTÓRIA DO(S) TERRITÓRIO(S) PARA ENTENDER OS FLUXOS MIGRATÓRIOS

A primeira aula com a turma ocorreu no dia três de outubro de 2019. O objetivo era compreender como o território se circunscreve a partir da relação de apropriação sociedade-espço, retomando um pouco como se deu o processo de ocupação das populações e a regionalização do espaço em territórios-nação. A discussão ocorreu no sentido de entender o conceito de Território, em Haesbaert (2004, 2007, 2014), e suas dimensões, com aprofundamento à dimensão concreto/funcional, distinguindo extremos deste “*continuum*” entre funcionalidade e simbolismo que assume o território. Priorizamos, nesta primeira aula, duas classificações propostas a partir dos “territórios de dominância “funcional”: “processos de dominação” e “território como recurso, valor de troca” (p.23-24).

Realizando a discussão, posteriormente à realização de uma atividade, o primeiro exemplo levantado remeteu à diáspora dos seres humanos pelo globo e a transição de sociedades nômades para a instalação das primeiras tribos, que, futuramente, serviriam de fundamento às primeiras cidades (Mesopotâmia) (BACCI, 2002). Nesse sentido, o território surge, ainda que concomitantemente às relações identitárias e atos culturais que perduram até os dias atuais, todavia, principalmente, como uma garantia à subsistência e de apropriação/dominação e domesticação da natureza como recurso e valor de troca, tornando-se muito produtivas discussões básicas como: “como e porque fizeram a primeira cerca divisória de um terreno?”.

De certa forma, retomamos à problematização acerca da estruturação político-administrativa no mundo primitivo e medievo, como exemplo, a partir das grandes navegações, que fortaleceram mais ainda a relação de dominação da natureza; desta vez, apresentando marcas das relações de poder, no imperialismo e no colonialismo, uma forma de expansão territorial cuja relação com o espaço era mediada pelo interesse funcional

que a Terra/solo assumiria, seja econômico, seja político. Se, e, por que foi necessário esse movimento? Podemos observar, na teoria ratzeliana, que seria inconcebível um Estado sem a sua materialidade espacial, em uma espécie de vinculação da sociedade a um solo que serviria de provento às necessidades humanas, por ele chamado de Espaço Vital – uma espécie de relação harmônica entre população e recursos (MORAES, 2005), ficando implícita na obra de Ratzel sua concepção de Espaço.

Nesse sentido, coube ressaltar que a reorganização da regionalização do espaço mundial foi marcada por conflitos resultantes de fenômenos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos países e nações, na forma mais estritamente funcional, em que os emaranhados identitários que se fundiam e (des)fundiam-se a cada grande fluxo de mobilidade histórica constituíam as condições de multiplicidades territoriais no interior de cada território-nação, nas chamadas migrações primárias.

O termo “Migrações Primárias” foi escolhido com fins didáticos para exemplificar a partir da realidade brasileira, que é encontrado em Risério 2013, p.219, sendo as migrações entre os séculos XVI e XVIII, no Brasil, que “[...] desenharam a fisionomia básica de um povo novo, gerado nas encruzilhadas do caldeamento entre negros principalmente bantos, índios predominantemente tupis e europeus majoritariamente portugueses [...]” (RISÉRIO, 2013, p.219). Este autor traz essa importante contribuição, auxiliando na compreensão, de forma didática, das primeiras conformações do povo brasileiro, permitindo uma clara distinção com as migrações secundárias, sendo estas, os movimentos migratórios que surgem depois de uma constituição identitária ao território.

O segundo encontro com a turma de terceiro ano ocorreu no dia onze de outubro de 2019, em menos de uma semana da nossa primeira investigação acerca das migrações. A proposição da aula era apresentar os movimentos migratórios internos inter-regionais, obviamente, problematizando os fatores atrativos e repulsivos que cada região assumiria em cada período histórico, sobretudo, se analisados a partir dos ciclos da economia.

A primeira questão levantada diz respeito à obra de Santos e Silveira, na obra: “Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI” Santos e Silveira teorizam sobre a história do território brasileiro, do meio natural ao meio técnico-científico-informacional. Para eles, “[...] o território tende a funcionar dentro de um modelo de sístoles e diástoles, um modelo combinado segundo o qual alguns pontos tendem a reunir recursos e forças [...]”, culminando em pontos de aglomeração, “de densidade” e outras do contrário, de “rarefação” e com “manchas maios ou menos dinâmicas” (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p.303).

Sob a ótica da Geografia, os ciclos da economia, para Santos e Silveira (2004), condicionam estes movimentos de atração em pontos diferentes do espaço, não apenas de aparatos infraestruturais, mas de tecnologias, capital e pessoas. Para eles, o vasto território brasileiro se apresentava como a configuração de arquipélagos econômicos, vistos como contrários aos interesses do Estado. No período do Regime Militar, usou-se de incentivo à ocupação de locais estratégicos ao desenvolvimento econômico de regiões atrasadas e como estratégia de integração nacional, elucidadas na proposta e efetivação da criação de Brasília como capital federal no centro do país (*op. cit.*).

Mais do que observar estas relações territoriais que emplacaram neste período de fluidez do território por fatores atrativos e repulsivos associados à economia, foi preciso observar os movimentos migratórios internos sob uma ótica mais aproximada às realidades dos migrantes para que entendêssemos que outros fatores poderiam tornar-se dilemas no cotidiano dos migrantes e as cidades que os recebiam. Deste modo, retomamos a problemática da identidade que é marcante na Geografia, cuja raiz epistemológica descende de abordagens fenomenológicas, como os lugares-territórios (HAESBAERT, 2004) e as lugaridades (HOLZER, 2013), entre outros, e a importância que a escala da experiência e do vivido e do existencialismo para dar conta de explicar a multiplicidade de relações estabelecidas no espaço.

Os encontros que se seguiram com a turma foram ao encontro da discussão de dilemas atuais dos movimentos migratórios, desde a escala local até a escala internacional. Para tanto, buscando identificar as relações culturais tangentes a estes processos, identificamos nos estudos pós-colonialistas, como em Homi Bhabha, a crítica entendida como necessária ao nosso contexto de localidade latino-americana, parte da periferia das nações da divisão internacional do trabalho, em busca de entender o papel do estrangeiro, do nativo e das culturas na modernidade globalizada. Nas palavras de Freire: “O homem enche de cultura os espaços geográficos e históricos. Cultura é tudo o que é criado pelo homem. Tanto uma poesia como uma frase de saudação. A cultura consiste em recriar e não repetir. O homem pode fazê-lo porque tem uma consciência capaz de captar o mundo e transformá-lo. [...] A educação não é um processo de adaptação do indivíduo à sociedade. O homem deve transformar a realidade para ser mais” (FREIRE, 1982, p.30-31).

Milton Santos (2006), atento à sociedade de classes e à individualidade exacerbada no modelo de consumo capitalista, discorre sobre processo de monetização da natureza e das relações humanas, produzindo um individualismo capaz de gerar uma espécie

de padronização do consumo, condicionando, assim, o rumo e a organização da sociedade, em favor do modelo de sociedade dominante.

Homi K. Bhabha, estudioso pós-colonialista, na sua obra “O Local da Cultura” (2005), buscou identificar a localidade ou a posição da cultura a partir de perspectivas críticas oriundas de pensadores dos países periféricos, no que diz respeito às hegemonias herdadas do processo de colonização. Para este autor, a compreensão da concepção de cultura é perpassada ou impregnada pela herança de relações de dominação das então metrópoles. Em outras palavras, a compreensão das dinâmicas populacionais e movimentos migratórios no Brasil e no mundo só podem ser entendidas a partir da problematização acerca da formação cultural. Assim como Haesbaert (2004), discorre acerca da existência de múltiplos territórios em direção à multiterritorialidade na des-re-territorialização, Bhabha (2005), contribui na conceituação da ideia de um terceiro espaço, espaço de ressignificação e hibridismo, em que múltiplas culturas se relacionam ou não, através da alteridade, na relação com o estrangeiro.

Bhabha (*op. cit.*) também contribui a partir da ideia de ambivalência, que corrobora tanto com as forças de sístoles e diástoles de Santos e Silveira (2004) quanto com a própria ideia de des-re-territorialização da obra de Haesbaert, podendo citar, também, Saquet (2005) – que teoriza, em mesma direção, acerca das espacialidades produzidas do/no território, em que a perda de elementos de significação e identificação de cada território que o desestabiliza em direção à perda de identidade própria, permitindo levantar em aula a discussão sobre identidade e xenofobia. E indica que os movimentos migratórios tendem a proporcionar dinâmicas espaço-territoriais que podem caminhar em direção a novas espacialidades das identidades culturais, seja na coexistência de múltiplas culturas e múltiplos territórios, na delimitação clara entre nativos e estrangeiros do território em questão, seja na perda de referenciais identitários, através na hibridização de culturas que se intercambiam na necessidade de coexistência de um terceiro espaço.

Toda esta teorização acerca do território nos permite buscar maneiras de discutir o emaranhado de fatores que corroboram para o nivelamento cultural experienciado a partir dos movimentos migratórios, na padronização do consumo de massa, padronização de padrões comportamentais e a destruição de culturas autóctones no mundo moderno, bem como a perseguição de grupos étnicos, genocídios e a exclusão do convívio social a partir da xenofobia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que estas são teorias e abordagens, dentre muitas que podemos usar como *locus* na formação inicial e continuada de professores. Entendemos que, ainda que existam diariamente dilemas que condicionam a prática profissional, existem alternativas para aqueles que querem fazer da sua prática uma possibilidade de transformação, através da reflexão, da pesquisa, da ação e da responsabilidade criada a partir da identidade docente de cada profissional. Apesar de a questão territorial perpassar a história humana e estar presente no cotidiano escolar e ser rica ao pensamento geográfico, pode ser complexo ao ser trabalhado no ensino básico, o que requer estudo, tempo e planejamento, em que o Estágio Supervisionado torna-se um espaço privilegiado.

Esta problematização corrobora com a necessidade já citada de buscar inserir os conceitos da Geografia nas práticas de ensino, evidenciando que estes estão presentes no cotidiano dos alunos, sendo importante, também, entendê-los historicamente. Além disto, voltando-se ao Território, ressalta a importância que este conceito assumiu para que os alunos se entendessem agentes produtores de espacialidades, e que os conceitos geográficos surgem da carência de explicar estas espacialidades em direção ao conhecimento das dinâmicas da sociedade, sejam populacionais, ambientais, econômicas, desde a escala local até a globalidade.

A historicidade de cada fato permitiu aos alunos o acompanhamento do raciocínio sobre os conceitos estudados, apresentado as denotações que, a exemplo, o Território assume para cada recorte histórico de cada grupo social, possibilitando uma melhor aprendizagem do conteúdo conceitual, concomitantemente com a assimilação do pensamento geográfico nos seus conceitos operacionais. Finalmente, é possível afirmar que tais escolhas foram singulares e efetivas para uma boa experiência de estágio.

REFERÊNCIAS

- BACCI, Massimo Livi. **Historia mínima de la población mundial**. Barcelona: Ariel, 2002.
- BARROS, José D'Assunção. "História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço" in **MOUSEION**, v. 3, n. 5, jan/jul, 2009, p. 37.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Cotidiano, Mediação Pedagógica e Formação de Conceitos: uma contribuição de Vygotsky para o ensino de Geografia. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 185-207, maio/ago de 2005. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acessado em 10 de out./2019.

- FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.
- HOLZER, Werther. Sobre territórios e lugaridades. In: **Cidades**. v. 10, n. 17, 2013. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/issue/current/showToc>. Acesso em: 10 de out./2019.
- KAERCHER, N. A. A geografia escolar: gigante de pés de barro, comendo pastel de vento num Fast Food? **Terra Livre**: Presidente Prudente. Ano 23, v. 1, n. 28, jan/jun,2007, p. 27-44.
- MORAES, A. C. R. **Geografia**: pequena história crítica. 20 ed. São Paulo: Hucitec, 2005.
- REIS JUNIOR, Dante F. Costa; SILVA, Barbara Mayanne; FIGUEREIDO, Evelyn L. Dias. “Natureza da ciência geográfica”: diagnóstico e possibilidades de inserção de epistemologia no ensino escolar e na formação de professores de geografia. **Ciênc. educ.** Bauru, v. 24, n. 1, p. 191-208, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1516-73132018000100191&lng=en&nrm=iso&tlng=pt Acesso em 18 abr./2019.
- RISÉRIO, Antonio. **A cidade no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 2013.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **Brasil**: Território e Sociedade no Início do Século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SAQUET, M. A. A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais. In: **Encontros de Geógrafos da América Latina**, 2005, 10. Anais. São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S1679-3951201800040078800030&lng=en Acessado em 19 de out./2019.